

JOSÉ JAIRO GOMES

DIREITO ELEITORAL

19^a
edição

revista,
atualizada
e reformulada



atlas

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 04.05.2023

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G614d

19. ed.

Gomes, José Jairo

Direito eleitoral / José Jairo Gomes. - 19. ed., rev., atual. e ampli. - Barueri [SP] : Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-532-3

1. Direito eleitoral - Brasil. I. Título.

23-83594

CDU: 342.8(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO

1	Direitos políticos	1
1.1	Compreensão dos direitos políticos.....	1
1.1.1	Política	1
1.1.2	Direito político, direito constitucional e ciência política.....	3
1.1.3	Direitos políticos	4
1.2	Direitos humanos e direitos políticos.....	5
1.3	Direitos fundamentais e direitos políticos	7
1.4	Privação de direitos políticos.....	8
1.4.1	Considerações iniciais	8
1.4.2	Cancelamento de naturalização	9
1.4.3	Incapacidade civil absoluta	10
1.4.3.1	Pessoas portadoras de deficiência.....	10
1.4.4	Condenação criminal transitada em julgado	12
1.4.5	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	19
1.4.6	Improbidade administrativa	21
2	Direito Eleitoral	23
2.1	Conceito e fundamento do Direito Eleitoral	23
2.2	O microsistema eleitoral	24
2.3	Conceitos indeterminados	25
2.4	Fontes do Direito Eleitoral	25
2.5	Hermenêutica eleitoral	28
2.5.1	Proporcionalidade e princípio da razoabilidade.....	31
2.6	Relação com outras disciplinas.....	36
3	Princípios de Direito Eleitoral	39
3.1	Sobre princípios.....	39
3.1.1	Princípio e valor	43
3.2	Princípios de Direito Eleitoral	45
3.3	Democracia	47

3.3.1	Ideia de democracia	47
3.3.2	Democracia representativa	50
3.3.3	Estado Democrático de Direito.....	52
3.4	Soberania popular	52
3.5	Princípio republicano	53
3.6	Sufrágio universal.....	54
3.6.1	O que é sufrágio?.....	54
3.6.2	Sufrágio e cidadania.....	55
3.6.3	Classificação do sufrágio	55
3.6.4	Sufrágio e voto	57
3.7	Legitimidade das eleições.....	57
3.8	Moralidade	58
3.9	Probidade	59
3.10	Igualdade ou isonomia	60
3.11	Pluralismo político	61
3.12	Liberdade de expressão.....	63
3.12.1	Dimensão eleitoral da liberdade de expressão	66
4	Justiça Eleitoral	69
4.1	Considerações iniciais	69
4.2	Funções da justiça eleitoral	72
4.2.1	Função administrativa.....	72
4.2.2	Função jurisdicional	73
4.2.3	Função normativa	74
4.2.4	Função consultiva	75
4.3	Tribunal Superior Eleitoral	75
4.4	Tribunal Regional Eleitoral	78
4.5	Juízes eleitorais.....	81
4.6	Juntas Eleitorais	82
4.7	Divisão geográfica da Justiça Eleitoral.....	83
5	Funções essenciais à Justiça Eleitoral.....	85
5.1	Ministério Público Eleitoral.....	85
5.1.1	Considerações iniciais	85
5.1.2	Procurador-Geral Eleitoral	86
5.1.3	Procurador Regional Eleitoral.....	87
5.1.4	Promotor Eleitoral	87
5.1.5	Conflitos de atribuição entre membros do MP Eleitoral.....	90
5.2	Defensoria Pública Eleitoral	91
5.3	Advocacia Eleitoral	91
6	Partidos políticos.....	93
6.1	Introdução.....	93
6.2	Definição	95
6.2.1	Função	96
6.2.2	Distinção de partido político e outros entes.....	97

6.2.3	Coligação partidária	97
6.2.4	Federação partidária	99
6.3	Regime e natureza jurídica.....	100
6.3.1	Regime jurídico	100
6.3.2	Natureza jurídica.....	101
6.4	Registro no TSE.....	101
6.5	Organização	102
6.5.1	Liberdade de organização	102
6.5.2	Estrutura geral.....	103
6.5.3	Incorporação e fusão de partidos.....	105
6.5.4	Fundação e instituto partidário.....	106
6.6	Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária	107
6.7	Propaganda partidária e intrapartidária	110
6.7.1	Propaganda partidária.....	110
6.7.2	Propaganda intrapartidária.....	113
6.7.3	Responsabilização por propaganda ilícita.....	114
6.8	Finanças partidárias.....	114
6.8.1	Financiamento partidário	114
6.8.2	Despesas partidárias	117
6.8.3	Prestação de contas partidárias	118
6.8.4	Tribunal de Contas da União.....	120
6.9	Fidelidade partidária.....	120
6.10	Perda de mandato por infidelidade partidária	123
6.11	Extinção de partido político	132
6.12	Competência jurisdicional para questões partidárias	132
6.13	Vícios do sistema partidário brasileiro.....	133
6.14	Improbidade administrativa em partido político	135
7	Sistemas eleitorais.....	139
7.1	Considerações iniciais	139
7.2	Sistema majoritário	139
7.2.1	Sistema distrital	140
7.2.2	Distritão.....	142
7.3	Sistema proporcional.....	143
7.3.1	Introdução.....	143
7.3.2	Sistema proporcional no Brasil	144
7.3.3	Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário e sobras eleitorais.....	145
7.3.4	Críticas ao sistema proporcional.....	150
7.3.5	Suplência	151
7.3.6	Lista aberta, fechada e flexível	152
7.4	Sistema misto	153
8	Alistamento eleitoral.....	155
8.1	Considerações iniciais	155
8.1.1	Proteção de dados pessoais e sigilo do cadastro eleitoral	155

8.1.2	Domicílio eleitoral	156
8.2	Alistamento eleitoral obrigatório	157
8.2.1	Realização do alistamento.....	157
8.2.2	Pessoas obrigadas a se alistar	159
8.3	Alistamento eleitoral facultativo	162
8.4	Inalistabilidade	162
8.5	Transferência de domicílio eleitoral.....	163
8.6	Cancelamento e exclusão	166
8.7	Revisão do eleitorado.....	168
9	Elegibilidade	171
9.1	Caracterização da elegibilidade.....	171
9.2	Condições de elegibilidade	171
9.2.1	Nacionalidade brasileira.....	172
9.2.2	Pleno exercício dos direitos políticos	172
9.2.3	Alistamento eleitoral.....	173
9.2.4	Domicílio eleitoral na circunscrição.....	173
9.2.5	Filiação partidária	174
9.2.6	Idade mínima.....	176
9.2.6.1	Há idade máxima para se candidatar?	177
9.3	Elegibilidade de militar.....	177
9.4	Reelegibilidade.....	179
9.5	Momento de aferição das condições de elegibilidade	180
9.6	Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade.....	182
9.7	Perda superveniente de condição de elegibilidade	182
10	Inelegibilidade	185
10.1	Conceito	185
10.2	Fonte.....	186
10.2.1	Tratado ou convenção internacional e inelegibilidade.....	186
10.3	Natureza jurídica e fundamento.....	188
10.3.1	Natureza jurídica da inelegibilidade.....	188
10.3.2	Fundamento da inelegibilidade.....	190
10.4	Princípios reitores	191
10.5	Classificação.....	192
10.6	Duração da inelegibilidade	193
10.7	Incompatibilidade e desincompatibilização	194
10.7.1	Desincompatibilização e reeleição.....	194
10.7.2	Flexibilização do instituto da desincompatibilização?	195
10.8	Inelegibilidades constitucionais.....	195
10.8.1	Considerações iniciais	195
10.8.2	Inelegibilidade de inalistáveis.....	196
10.8.3	Inelegibilidade de analfabetos	196
10.8.4	Inelegibilidade por motivos funcionais.....	199
10.8.5	Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes	204

10.8.5.1	Inelegibilidade reflexa derivada de matrimônio e união estável	207
10.8.5.2	Inelegibilidade reflexa e família homoafetiva	211
10.8.5.3	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consanguinidade ou adoção até o 2º grau.....	211
10.8.5.4	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau.....	212
10.8.5.5	Município desmembrado e inelegibilidade reflexa	212
10.9	Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.....	212
10.9.1	Considerações iniciais	212
10.9.2	A Lei Complementar nº 64/90.....	213
10.9.3	Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, art. 1º, I.....	214
10.9.3.1	Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, <i>b</i>).....	215
10.9.3.2	Perda de mandato executivo (art. 1º, I, <i>c</i>).....	216
10.9.3.3	Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, <i>d</i>)	217
10.9.3.4	Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, <i>e</i>)	220
10.9.3.5	Indignidade do oficialato (art. 1º, I, <i>f</i>).....	227
10.9.3.6	Rejeição de contas (art. 1º, I, <i>g</i>).....	227
10.9.3.7	Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, <i>h</i>)	235
10.9.3.8	Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, <i>i</i>).....	237
10.9.3.9	Ilícitos eleitorais: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, <i>j</i>).....	238
10.9.3.10	Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, <i>k</i>)	240
10.9.3.11	Improbidade administrativa (art. 1º, I, <i>l</i>).....	241
10.9.3.12	Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, <i>m</i>).....	245
10.9.3.13	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, <i>n</i>).....	245
10.9.3.14	Demissão do serviço público (art. 1º, I, <i>o</i>).....	246
10.9.3.15	Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, <i>p</i>)	248
10.9.3.16	Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Ministério Público (art. 1º, I, <i>q</i>)	250
10.9.4	Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, art. 1º, II a VII	251
10.9.4.1	Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República	251
10.9.4.2	Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador	252
10.9.4.3	Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito.....	253
10.9.4.4	Inelegibilidade para o Senado	253
10.9.4.5	Inelegibilidade para a Câmara de Deputados	253
10.9.4.6	Inelegibilidade para a Câmara Municipal	253
10.9.4.7	Desincompatibilização – regramento geral de servidores públicos.....	254
10.9.4.8	Situações especiais	257

10.10	Arguição judicial de inelegibilidade	262
10.11	Aferição das causas de inelegibilidade.....	263
10.11.1	Regra geral: aferição no momento do registro de candidatura.....	263
10.11.2	Inelegibilidade superveniente: momento de aferição.....	263
10.11.3	Inelegibilidade posterior à data da eleição: irretroatividade da inelegibilidade	264
10.12	Elegibilidade superveniente	264
10.12.1	Alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao pedido de registro: parte final do § 10, art. 11, LE	264
10.12.2	Revogação da suspensão do ato gerador da inelegibilidade.....	268
10.12.3	Inelegibilidade extinta após a data da eleição: irretroatividade da elegibilidade	270
10.13	Suspensão de inelegibilidade	270
10.13.1	O art. 26-C da LC nº 64/90	270
10.13.2	Efeito suspensivo de recurso.....	273
11	Processo eleitoral	275
11.1	O que é processo eleitoral?.....	275
11.2	Salvaguarda do processo eleitoral	278
11.3	Anualidade eleitoral	279
12	Convenção partidária	285
12.1	Caracterização da convenção partidária	285
12.2	Impugnação da convenção.....	288
12.3	Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?.....	289
12.4	Modo de indicação de candidato para vaga remanescente e substituição.....	289
12.5	Divulgação pública da convenção	290
12.6	Prévias partidárias ou eleitorais.....	290
12.6.1	Primárias americanas	291
13	Registro de candidatura	293
13.1	Processo de registro de candidatura	293
13.1.1	Considerações iniciais	293
13.1.1.1	Candidatura coletiva	295
13.1.2	Rito.....	296
13.1.3	Formalidades para o pedido de registro	300
13.1.3.1	Documentos necessários ao registro.....	301
13.1.3.2	Identificação do candidato	308
13.1.3.3	Verificação e validação de dados e fotografia.....	309
13.1.4	Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI	309
13.1.5	Candidatura nata.....	310
13.1.6	Número de candidatos que pode ser registrado por partido	310
13.1.7	Quota eleitoral de gênero	313
13.1.7.1	A questão dos trans, transgênero e transexual	318
13.1.7.2	Fraude na quota de gênero	318
13.1.7.3	Financiamento da quota de gênero	320
13.1.8	Quota eleitoral étnico-racial.....	321

13.1.9	Vagas remanescentes.....	321
13.1.10	Substituição de candidatos.....	321
	13.1.10.1 Substituição de candidato majoritário	323
	13.1.10.2 Substituição de candidato proporcional	324
13.2	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	325
13.2.1	Notícia de inelegibilidade.....	325
13.2.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)	326
	13.2.2.1 Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato.....	326
	13.2.2.2 Procedimento	327
	13.2.2.3 Prazos	327
	13.2.2.4 Início do processo.....	328
	13.2.2.5 Competência	329
	13.2.2.6 Petição inicial	329
	13.2.2.7 Objeto.....	330
	13.2.2.8 Causa de pedir.....	330
	13.2.2.9 Partes	332
	13.2.2.10 Citação do impugnado.....	336
	13.2.2.11 Defesa.....	336
	13.2.2.12 Desistência da ação.....	337
	13.2.2.13 Tutela provisória	338
	13.2.2.14 Extinção do processo sem resolução do mérito	340
	13.2.2.15 Julgamento antecipado do mérito	341
	13.2.2.16 Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	341
	13.2.2.17 Alegações finais.....	343
	13.2.2.18 Julgamento.....	343
	13.2.2.19 Eficácia da decisão que indefere registro de candidatura..	345
	13.2.2.20 Recurso.....	346
14	Campanha eleitoral	351
14.1	Campanha eleitoral e pré-campanha.....	351
	14.1.1 Pré-campanha.....	352
14.2	Direitos e deveres de candidatos no processo eleitoral	353
	14.2.1 Direitos de candidato.....	353
	14.2.2 Deveres de candidato.....	354
15	Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas	357
15.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	357
	15.1.1 Modelos de financiamento de campanha eleitoral	357
	15.1.2 Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral	362
	15.1.2.1 Limite de gastos de campanha	362
	15.1.2.2 Financiamento público	363
	15.1.2.2.1 Financiamento da quota eleitoral de gênero ...	365
	15.1.2.2.2 Financiamento étnico-racial de candidaturas ...	366
	15.1.2.3 Financiamento privado.....	366
	15.1.2.3.1 Introdução	366

	15.1.2.3.2	Início e fim da arrecadação privada de recursos.....	367
	15.1.2.3.3	Formalidades para arrecadação de recursos: inscrição no CNPJ, abertura de conta bancária	367
	15.1.2.3.4	Documentação da arrecadação.....	368
	15.1.2.4	Recursos de campanha.....	369
	15.1.2.5	Objeto da doação	373
	15.1.2.6	Fontes de financiamento proibidas.....	375
	15.1.2.7	Gastos eleitorais	377
	15.1.2.8	Gastos eleitorais não sujeitos a registro	380
	15.1.2.9	Administração financeira da campanha.....	380
15.2		Prestação de contas de campanha eleitoral.....	381
	15.2.1	Generalidades	381
	15.2.2	Formas de prestação de contas	382
	15.2.3	Prestações de contas parciais e finais.....	382
	15.2.4	Procedimento na Justiça Eleitoral.....	383
	15.2.5	Julgamento da prestação de contas	384
	15.2.5.1	Sobras de campanha, recursos de fundos públicos, de fonte vedada e origem não identificada	387
	15.2.5.2	Prazo para o julgamento das contas	388
	15.2.5.3	Recursos.....	389
	15.2.5.4	Omissão de informações e falsidade ideológica	389
	15.2.6	Assunção de dívida de campanha pelo partido	390
	15.2.7	Conservação dos documentos.....	391
15.3		Ação por doação irregular a campanha eleitoral	391
16		Pesquisa eleitoral	397
17		Propaganda eleitoral	403
	17.1	Propaganda política	403
	17.1.1	Caracterização da propaganda política	403
	17.1.2	Importância das novas tecnologias comunicacionais	405
	17.1.3	Tipos de propaganda política	408
	17.2	Propaganda eleitoral	410
	17.2.1	Introdução.....	410
	17.2.1.1	Proteção de dados pessoais na propaganda	411
	17.2.2	Princípios	412
	17.2.3	Classificação.....	413
	17.2.4	Propaganda eleitoral ilícita e sanção.....	416
	17.2.5	Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada	417
	17.2.5.1	Não configuração de propaganda eleitoral antecipada: o art. 36-A da LE	420
	17.2.5.2	Dever de tratamento isonômico por emissoras de rádio e TV	424
	17.2.5.3	Impulsioneamento em redes sociais no período de pré-campanha	424

17.2.5.4	Responsabilidade por propaganda antecipada	425
17.2.6	Propaganda em bem público	426
17.2.7	Propaganda em bem de uso ou acesso comum.....	428
17.2.8	Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público	428
17.2.9	Propaganda em bem particular.....	429
17.2.10	<i>Outdoor</i>	432
17.2.11	Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos.....	432
17.2.12	Comício, showmício e eventos assemelhados, live	433
17.2.13	Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico	435
17.2.14	Reunião e manifestação coletiva	436
17.2.15	Templo, culto e cerimônia religiosos.....	436
17.2.16	Caminhada, passeata e carreata	437
17.2.17	Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens.....	437
17.2.18	<i>Telemarketing</i> eleitoral.....	437
17.2.19	Mensagens de felicitação e agradecimento	438
17.2.20	Divulgação de atos e atuação parlamentar.....	438
17.2.21	Mídia: meios de comunicação social.....	439
17.2.22	Mídia escrita	440
17.2.23	Mídia virtual	440
17.2.24	Rádio e televisão.....	441
17.2.24.1	Aspectos da propaganda no rádio e na televisão.....	441
17.2.24.2	Entrevistas com candidatos	444
17.2.24.3	Debate	444
17.2.24.4	Debate virtual.....	446
17.2.25	Propaganda gratuita no rádio e na televisão	447
17.2.25.1	Introdução	447
17.2.25.2	Conteúdo da propaganda	449
17.2.25.3	Distribuição do tempo de propaganda	449
17.2.25.4	Primeiro turno das eleições.....	451
17.2.25.5	Segundo turno das eleições	453
17.2.25.6	Invasão de horário e participação de apoiador.....	454
17.2.25.7	Inexistência de emissora geradora de sinais de rádio e televisão.....	456
17.2.25.8	Sanções.....	457
17.2.26	Propaganda na Internet, meios digitais e redes sociais.....	458
17.2.26.1	Delineamento da propaganda na web.....	458
17.2.26.2	Responsabilidade jurídica.....	464
17.2.26.3	Página institucional na Internet e perfis em redes sociais...	468
17.2.26.4	Página institucional na Internet e perfis em redes sociais de agente público candidato a reeleição ou a outro cargo eletivo	468
17.2.27	Dia das eleições: propaganda e liberdade de expressão dos eleitores	469
17.2.28	Violação de direito autoral.....	470

	17.2.29	Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV	471
	17.2.30	Inviolabilidade parlamentar.....	471
17.3		Representação por propaganda eleitoral ilícita	471
	17.3.1	Procedimento do art. 96 da Lei das Eleições	471
	17.3.2	Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita....	472
	17.3.3	Aspectos processuais da representação	472
	17.3.3.1	Procedimento	472
	17.3.3.2	Prazos	473
	17.3.3.3	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público ..	474
	17.3.3.4	Início do processo.....	475
	17.3.3.5	Petição inicial	475
	17.3.3.6	Objeto.....	476
	17.3.3.7	Tutela inibitória.....	476
	17.3.3.8	Causa de pedir.....	477
	17.3.3.9	Partes	478
	17.3.3.10	Prazo para ajuizamento.....	480
	17.3.3.11	Desistência da ação.....	481
	17.3.3.12	Competência	481
	17.3.3.13	Tutela provisória	484
	17.3.3.14	Citação do representado	484
	17.3.3.15	Defesa	485
	17.3.3.16	Intervenção obrigatória do Ministério Público	485
	17.3.3.17	Extinção do processo sem resolução do mérito	485
	17.3.3.18	Julgamento antecipado do mérito	485
	17.3.3.19	Fase probatória.....	485
	17.3.3.20	Alegações finais.....	487
	17.3.3.21	Julgamento	487
	17.3.3.22	Recurso.....	488
17.4		Direito de resposta	491
	17.4.1	Caracterização do direito de resposta	491
	17.4.2	Aspectos processuais do pedido de direito de resposta	495
18		Eleições, consultas populares, voto e proclamação dos resultados	501
	18.1	Eleições e consultas populares.....	501
	18.1.1	Consultas populares.....	502
	18.2	Sobre o voto.....	503
	18.2.1	Definição e classificação do voto.....	503
	18.2.2	Voto e escrutínio	506
	18.2.3	Voto eletrônico ou informatizado.....	506
	18.2.4	Críticas ao sistema de votação: transparência da urna eletrônica e voto impresso.....	509
	18.3	Garantias eleitorais.....	510
	18.3.1	Introdução.....	510
	18.3.2	Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos.....	512
	18.3.3	Transporte de eleitores	513

18.3.4	Oferta de alimentos a eleitores	514
18.3.5	Restrição de acesso ao local de votação	514
18.3.6	Prioridade postal	514
18.3.7	Lei seca.....	514
18.3.8	Participação de forças federais nas eleições.....	515
18.3.9	Feriado nacional.....	516
18.4	Preparação para as eleições	516
18.5	Preparação para a votação.....	518
18.6	Dia da eleição: votação	519
18.7	Apuração e totalização dos votos	523
18.8	Proclamação dos resultados.....	523
19	Diplomação	525
19.1	Caracterização da diplomação.....	525
19.2	Candidato eleito com pedido de registro <i>sub judice</i>	527
20	Invalidade: nulidade e anulabilidade de votos.....	531
20.1	Considerações iniciais	531
20.2	Invalidade no direito eleitoral.....	533
20.2.1	Delineamento da invalidade no direito eleitoral.....	534
20.2.1.1	Inexistência.....	534
20.2.1.2	Nulidade.....	535
20.2.1.3	Anulabilidade.....	539
20.3	Prazos para arguição	544
20.4	Efeitos da invalidade	545
20.4.1	Efeitos gerais da invalidade.....	545
20.4.2	Indeferimento de registro de candidatura	546
20.4.3	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato.....	549
21	Ilícitos eleitorais e responsabilidade eleitoral.....	551
21.1	Ilícito eleitoral	551
21.1.1	Configuração do ilícito eleitoral.....	551
21.1.2	Sanção por ilícito eleitoral e proporcionalidade	552
21.1.3	Espécies de ilícitos eleitorais.....	552
21.2	Abuso de poder.....	552
21.2.1	Introdução.....	552
21.2.2	O que é abuso de poder?	553
21.2.3	Poder e influência.....	555
21.2.4	Tipologia legal do abuso de poder: <i>numerus clausus</i> ou <i>numerus apertus</i> ?.....	555
21.2.5	Abuso de poder econômico	557
21.2.6	Abuso de poder de autoridade	558
21.2.7	Abuso de poder político	560
21.2.8	Abuso de poder político-econômico	562
21.2.9	Abuso de poder midiático.....	563
21.2.10	Abuso de poder na Internet, meios digitais e redes sociais.....	565

21.2.11	Abuso de poder mediante discurso: os atos perlocutórios.....	567
21.2.12	Abuso de poder religioso	569
21.2.13	Abuso de poder docente.....	572
21.2.14	Gravidade das circunstâncias	573
21.2.15	Sanção por abuso de poder	573
21.3	Fraude	574
21.3.1	Sanção por fraude	575
21.4	Corrupção	575
21.4.1	Sanção por corrupção.....	578
21.5	Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	578
21.5.1	Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos	578
21.5.2	Sanção por captação ou gasto ilícito de recursos.....	580
21.6	Captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	580
21.6.1	Caracterização da captação ilícita de sufrágio	580
21.6.2	Sanção por captação ilícita de sufrágio	588
21.7	Condutas vedadas a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78.....	588
21.7.1	Caracterização da conduta vedada	588
21.7.2	Espécies de condutas vedadas	591
21.7.2.1	Cessão ou uso de bens públicos – art. 73, I.....	591
21.7.2.2	Uso de materiais ou serviços públicos – art. 73, II.....	595
21.7.2.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III.....	596
21.7.2.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos – art. 73, IV	597
21.7.2.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público – art. 73, V	599
21.7.2.6	Transferência voluntária de recursos – art. 73, VI, <i>a</i>	600
21.7.2.7	Propaganda institucional em período eleitoral – art. 73, VI, <i>b</i>	601
21.7.2.8	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, <i>c</i>	604
21.7.2.9	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública ou por entidade vinculada a candidato – art. 73, §§ 10 e 11.....	605
21.7.2.10	Infringir o § 1º do art. 37 da CF – art. 74	607
21.7.2.11	Despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII.....	608
21.7.2.12	Revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII	610
21.7.2.13	Contratação de show artístico em inauguração de obra – art. 75	611
21.7.2.14	Comparecimento de candidato em inauguração de obra pública – art. 77.....	611
21.7.2.15	Sanção por conduta vedada e proporcionalidade.....	612
21.8	Responsabilidade eleitoral.....	614

21.8.1	Noção de responsabilidade jurídica.....	614
21.8.2	Responsabilidade eleitoral e seu fundamento	615
21.8.3	Exigência de processo justo	617
22	Perda de mandato eletivo, invalidação de votos e eleição suplementar	619
22.1	Extinção de mandato eletivo.....	619
22.1.1	Causa não eleitoral de extinção de mandato	620
22.2	Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo	621
22.2.1	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato em razão de ilícito e invalidação da votação	621
22.2.2	Não deferimento de registro de candidatura e invalidação da votação.....	622
22.3	Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE	622
22.3.1	O art. 224 do Código Eleitoral	622
22.3.1.1	O regime do <i>caput</i> do art. 224 do CE.....	623
22.3.1.2	O regime do § 3º do art. 224 do CE.....	624
22.3.2	Constitucionalidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do CE	626
22.3.3	Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?	628
22.3.4	Eleição suplementar direta e indireta.....	629
22.3.5	Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito suplementar.....	629
22.3.6	Responsabilidade civil por danos materiais e morais coletivos decorrentes da realização de eleição suplementar	630
23	Ações eleitorais: procedimento do art. 22 da LC nº 64/90.....	635
23.1	Processo jurisdicional eleitoral.....	635
23.2	Tópicos processuais.....	636
23.2.1	Devido processo legal	636
23.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	637
23.2.3	Celeridade	637
23.2.4	Imparcialidade dos agentes da Justiça Eleitoral	637
23.2.5	Demanda ou dispositivo	638
23.2.6	Impulso oficial.....	638
23.2.7	Congruência ou correlação entre a imputação e a sentença	639
23.2.8	Aditamento e alteração da causa de pedir	639
23.2.9	Art. 23 da LC nº 64/90 e persuasão racional do juiz.....	640
23.2.10	Fundamentação das decisões judiciais.....	641
23.2.11	Publicidade.....	641
23.2.12	Boa-fé objetiva e lealdade.....	642
23.2.13	Instrumentalidade do processo.....	642
23.2.14	Gratuidade	642
23.2.15	<i>Amicus curiae</i>	643
23.2.16	Autocomposição, conciliação e mediação	644
23.2.17	Negócio jurídico processual.....	645
23.2.18	Prioridade na tramitação de feitos quanto a idoso, portador de doença grave e portador de deficiência	647

23.2.19	Processo eletrônico	647
23.2.20	Sessão de julgamento por meio eletrônico	648
23.3	Ações eleitorais	650
23.4	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) por abuso de poder	652
23.4.1	Considerações iniciais	652
23.4.2	Procedimento da AIJE.....	653
23.4.3	Atos judiciais e ordinatórios	653
23.4.4	Prazos processuais.....	654
23.4.5	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público.....	656
23.4.6	Início do processo	656
23.4.7	Petição inicial.....	657
23.4.8	Objeto	658
23.4.8.1	Inelegibilidade, cassação de registro e de diploma.....	658
23.4.8.2	Tutela inibitória.....	659
23.4.9	Causa de pedir	660
23.4.10	Partes.....	662
23.4.11	Prazo para ajuizamento	668
23.4.12	Litispêndência e coisa julgada	669
23.4.13	Desistência da ação	670
23.4.14	Competência.....	670
23.4.15	Tutela provisória.....	672
23.4.15.1	Tutela provisória de urgência antecipada	672
23.4.15.2	Tutela provisória de urgência cautelar	673
23.4.15.3	Tutela provisória de evidência.....	674
23.4.16	Citação	674
23.4.17	Defesa	675
23.4.18	Arguição de incompetência	676
23.4.19	Arguição de imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição	676
23.4.20	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	679
23.4.21	Julgamento antecipado do mérito.....	679
23.4.22	Provas.....	680
23.4.23	Colheita e produção antecipada de provas	699
23.4.24	Audiência de instrução probatória	700
23.4.25	Diligências.....	701
23.4.26	Alegações finais	701
23.4.27	Relatório	702
23.4.28	Julgamento	702
23.4.29	Recurso.....	705
23.4.29.1	Recurso contra decisão interlocutória	705
23.4.29.2	Recurso contra decisão final, extintiva do processo ou da fase cognitiva do procedimento.....	708
23.4.29.3	Juntada de documento novo no recurso.....	710
23.4.30	Efeitos do recurso.....	710
23.4.30.1	Efeito imediato do acórdão que cassa diploma: afastamento do mandatário cassado	712

23.4.31	Juízo de retratação.....	713
23.4.32	Recurso adesivo.....	713
23.4.33	Sessão de julgamento por meio eletrônico.....	713
23.5	Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	713
23.6	Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A.....	718
23.7	Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78.....	723
23.8	Cúmulo de ações: cúmulo de pedidos em um mesmo processo.....	728
23.9	Conexão e reunião de causas eleitorais.....	728
23.9.1	Juízo competente.....	730
23.9.2	Procedimento a ser observado.....	731
23.10	Extensão da <i>causa petendi</i> e princípio da congruência.....	731
24	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	733
24.1	Caracterização da ação de impugnação de mandato eletivo.....	733
24.1.1	Compreensão da AIME.....	733
24.1.2	Inelegibilidade e AIME.....	734
24.2	Procedimento da AIME.....	736
24.2.1	Introdução.....	736
24.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	737
24.2.3	Temas comuns com o procedimento da AIJE.....	737
24.2.4	Segredo de justiça.....	737
24.2.5	Petição inicial.....	738
24.2.6	Objeto.....	740
24.2.7	Causa de pedir.....	740
24.2.8	Partes.....	740
24.2.9	Prazo para ajuizamento.....	742
24.2.10	Litispendência e coisa julgada.....	743
24.2.11	Desistência da ação.....	743
24.2.12	Competência.....	744
24.2.13	Tutela provisória de urgência cautelar.....	745
24.2.14	Citação.....	745
24.2.15	Defesa.....	745
24.2.16	Arguição de incompetência.....	746
24.2.17	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	746
24.2.18	Julgamento antecipado do mérito.....	746
24.2.19	Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	747
24.2.20	Alegações finais.....	748
24.2.21	Julgamento.....	749
24.2.22	Recurso.....	750
24.2.23	Juízo de retratação.....	750
25	Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED).....	751
25.1	Caracterização do Recurso Contra Expedição do Diploma (RCED).....	751
25.2	Natureza jurídica do RCED.....	753
25.3	Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988.....	754

25.4	Aspectos processuais.....	755
26	Execução eleitoral.....	763
26.1	Sanções eleitorais.....	763
26.2	Execução patrimonial.....	764
26.2.1	Execução de multa eleitoral.....	764
26.2.2	Execução de <i>astreinte</i>	767
26.2.3	Execução de crédito da União em processo de prestação de contas de partido.....	768
26.2.4	Honorários advocatícios em ação de execução.....	769
27	Ação rescisória.....	771
27.1	Ação rescisória eleitoral.....	771
27.2	Ação de anulação de ato processual.....	774
27.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	774
	Referências.....	775
	Índice.....	785
	Apêndice.....	793